

**ANEXO I DO EDITAL**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância Armada e Ostensiva, nas áreas interna e externa, de segurança física do corpo funcional, dos materiais, equipamentos, e das instalações dos imóveis das Unidades Armazenadoras Bernardino de Campos e Garça, integrantes da Superintendência Regional da Conab no Estado de São Paulo, que compreenderá, conforme especificações, quantidades, exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**1.2 DAS ATRIBUIÇÕES CONFORME O CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupação)**

- 1.2.1 **Código da Função: 5173-30 – Vigilante.** Agente de segurança ferroviária, Assistente de segurança, Auxiliar de segurança, Auxiliar de serviço de segurança, Encarregado de portaria e segurança, Encarregado de segurança, Fiscal de vigilância – organizações particulares de segurança, Fiscal de vigilância bancária, Guarda de banco – organizações particulares de segurança, Guarda de segurança, Guarda de segurança empresa particular de segurança, Guarda de vigilância, Guarda ferroviário, Guardas valores, Guarda vigia, Guarda civil, Guarda costas, inspetor de vigilância, Monitor de vídeo, Operador de circuito interno de TV, Ronda – organizações particulares de segurança, Rondante – organizações particulares de segurança, Vigilante bancário.

- 1.2.2 **Descrição Sumária:** Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em área de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

**1.3 DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

- 1.3.1 Os serviços de vigilância, abrangem as dependências e endereços abaixo:

Local	Descrição	Endereço
1	UA BERNARDINO DE CAMPOS	Rua Manoel Augusto Plantiel s/n - Bernardino de Campos/SP - CEP: 18960-000
2	UA GARÇA	Av. Dr. Gastão Vidigal, nº 360 - Vila Salgueiro - Garça/SP - CEP: 17400-000

- 1.3.2 O quantitativo de postos e vigilantes, serão distribuídos da seguinte forma:

- 1.3.2.1 03 (três) postos de Vigilância Armada Noturno, com jornada de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, das 18:00 às 06:00 horas; 06 (seis) é o número de empregados para ocupar estes postos.

- 1.3.2.2 02 (dois) postos de Vigilância Armada Diurno, com jornada de 12 (doze) horas ininterruptas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, das 06:00 às 18:00 horas; 04 (quatro) é o número de empregados para ocupar estes postos.

**1.3.2.3 Quadro Resumo dos Postos:**

Local	Especificações dos Postos	Jornada	Postos	Vigilantes
1 - UA Bernardino de Campos	Vigilância Armada Noturna	12 x 36	01	02
	Vigilância Armada Diurna	12 x 36	01	02

Local	Especificações dos Postos	Jornada	Postos	Vigilantes
2 - Garça	Vigilância Armada Noturna	12 x 36	02	04
	Vigilância Armada Diurna	12 x 36	01	02
Total Geral (contemplando UA Bernardino de Campos e UA Garça):			05	10

#### 1.4 VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Lote/Grupo						
Local	Item	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MÁXIMO MENSAL DO POSTO R\$	NÚMERO DE POSTOS	SUBTOTAL MÁXIMO R\$	SUBTOTAL MÁXIMO PARA 5 ANOS R\$
UA Bernardino de Campos	01	12 horas <b>noturnas</b> de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes, em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	13.898,10	01	13.898,10	833.886,00
	02	12 horas <b>diurnas</b> de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes, em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	11.635,82	01	11.635,82	698.149,20
UA Garça	03	12 horas <b>noturnas</b> de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes, em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	13.898,10	02	27.796,20	1.667.772,00
	04	12 horas <b>diurnas</b> de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes, em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	11.635,82	01	11.635,82	698.149,20
TOTAL				05	-----	
VALOR MENSAL MÁXIMO DOS SERVIÇOS (CONTEMPLANDO OS 05 POSTOS)					64.965,94	
VALOR GLOBAL MÁXIMO DA PROPOSTA PARA 05 ANOS (valor mensal máximo dos serviços x 60 meses de contrato)					3.897.956,40	

1.5 O custo total máximo estimado para a prestação dos serviços deste Termo de Referência é de R\$ R\$ 3.897.956,40 (três milhões, oitocentos e noventa e sete mil reais e quarenta centavos). O critério utilizado para a formação da estimativa foi o preço máximo estimado para a contratação de vigilância em São Paulo, conforme estabelecido pela Secretaria de Gestão (SEGES), por meio da Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017, atualizada em 08/05/2019.

1.5.1 A licitação será composta por um único lote (grupo), formado por quatro itens. O agrupamento dos serviços em 01 lote facilitará o gerenciamento do contrato, tornando-o mais eficiente, além de promover economicidade dado aumento do vulto do escopo da contratação.

#### 1.6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.6.1 Os recursos orçamentários decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência estão consignados no orçamento da Conab para o exercício 2020, Natureza da Despesa: 339037, Plano de Trabalho: 169113, Fonte: 0250022135.

## 2 DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 Para que as Unidades Armazenadoras da Conab desenvolvam suas atividades de forma satisfatória, com vistas a atingir os objetivos institucionais, faz-se necessário realizar diversas atividades acessórias às atividades finalísticas. Por esta razão, a contratação de postos terceirizados que atendam às Unidades Armazenadoras da Conab é essencial para um perfeito funcionamento do órgão, uma vez que os prestadores de serviços terceirizados desenvolvem atividades administrativas de apoio, não previstas nas atribuições dos cargos de carreira do órgão, permitindo aos serviços atuar de forma ágil, eficiente e segura.
- 2.2 A contratação dos serviços de vigilância armada e ostensiva faz-se necessário para assegurar a proteção do patrimônio da Companhia, bem como resguardar as Unidades Armazenadoras de Bernardino de Campos e de Garça da Superintendência Regional de São Paulo – SUREG/SP, de possíveis danos, como furto, depredação e violação do patrimônio público e outras ações que podem causar danos a Regional, como também oferecer segurança à integridade física dos seus empregados e clientes durante o horário de expediente, uma vez que a Superintendência não dispõe em seu quadro de pessoal, empregados qualificados para o atendimento dos serviços, por tratar-se de cargo extinto.
- 2.3 A prestação dos serviços de vigilância segue o que determina o artigo 51 da IN/SLTI/Nº 02/2008, alterada pela IN/SLTI/Nº 03/2009, IN/SLTI/Nº 05/2009, a qual envolve alocação, pela contratada, por meio dos postos fixados pela Conab, de mão de obra capacitada para observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Conab, bem como as que entender oportunas.
- 2.4 A contratação do serviço se deve pela impossibilidade de executá-lo de forma direta, vez que as unidades demandantes não possuem mão de obra especializada e com características necessárias à execução desses serviços, e como tal não está contemplado nas atribuições dos cargos de carreira da Conab, sua realização implicaria em desvio de função, portanto é perfeitamente justificável a necessidade de licitar a contratação pretendida.
- 2.5 O serviço em apreço será contratado na modalidade Pregão Eletrônico, por ser caracterizado como serviço comum, na forma do Inciso XIII do art. 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e, portanto, possui padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 2.6 Nos termos do artigo 19 do RLC, os serviços a serem contratados serão executados sob o regime de mão de obra exclusiva, uma vez que sua execução contratual exige, dentre outros requisitos, que:
- 2.6.1 os empregados da Contratada fiquem à disposição, nas dependências da Conab, para a prestação dos serviços;
  - 2.6.2 a Contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros Contratos; e
  - 2.6.3 a Contratada possibilite a fiscalização, pela Conab, quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

## 3 DO OBJETIVO

- 3.1 A contratação visa atender às necessidades dos serviços de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, de forma a garantir a segurança das instalações da Conab, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, e assegurar a integridade física dos empregados e das autoridades que desempenham atividades, bem como dos que eventualmente transitam, nas instalações da Conab, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria Instituição, a qualquer hora, no ambiente de trabalho.

## 4 DA NATUREZA DO SERVIÇO

- 4.1 O serviço em apreço será contratado na modalidade Pregão Eletrônico, por ser caracterizado como **serviço comum**, na forma do Inciso XIII do artigo 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC e, portanto, possui padrões de desempenho e qualidade que

possam ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

## 5 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 5.1 A contratação para a execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência e Anexos, tem amparo nas normas e procedimentos contidos na IN/SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela IN/SLTI/MPOG nº 3, de 16 de outubro de 2009, IN/SLTI/MPOG nº 4 de 11 de novembro de 2009, IN/SLTI/MPOG Nº 05/2009, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislação correlata, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos – RLC – 10.901 - da CONAB.

## 6 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1 O critério de julgamento a ser adotado na licitação, será o de menor preço global ofertado para o lote/grupo contemplando o período de contratação de 05 (cinco) anos, levando-se em consideração todas as condições gerais estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 6.2 A licitação será realizada na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme dispõe o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

## 7 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1 O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, conforme artigo 461 e 462 do RLC, contados da data de sua assinatura.
- 7.2 Em conformidade com o Art. 492 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, NOC. N.º 10901, os Contratos de prestação de serviços que tenham seus prazos iniciais definidos por período superior a 12 (doze) meses, devem ser avaliados anualmente pelo Fiscal do Contrato com o titular do Setor Gestor, de maneira a evidenciar se os preços permanecem vantajosos para a Conab, podendo ser rescindido por razões de interesse público sempre que tal vantagem não for comprovada.
- 7.2.1 Também deverão ser avaliados anualmente pelo Fiscal do Contrato com o titular do Setor Gestor, o cumprimento dos seguintes requisitos abaixo relacionados:
- 7.2.1.1 haja interesse público na continuidade do contrato;
  - 7.2.1.2 exista recurso orçamentário para dar continuidade a execução contratual;
  - 7.2.1.3 as obrigações da contratada tenham sido regularmente cumpridas;
  - 7.2.1.4 seja constatada a manutenção das condições de habilitação da contratada;
  - 7.2.1.5 inexistir sanção restritiva da atividade licitatória e contratual;
  - 7.2.1.6 haja autorização da autoridade competente.
- 7.2.2 O contrato poderá ser rescindido por descumprimento de qualquer dos requisitos relacionados no parágrafo anterior.

## 8 DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1 DA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, DOS UNIFORMES E UTENSÍLIOS

- 8.1.1 O modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, dos Uniformes e dos Materiais estão apresentados nos ANEXO V, VI e VII deste Termo de Referência, em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.
- 8.1.2 A Planilha de Custos e Formação de Preços servirá para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e deverá ser utilizada como base em eventuais reajustes ou revisões de preços.
- 8.1.3 No preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, da Planilha de Valor de Referência dos Uniformes e da Planilha de Valor de Referência dos Materiais, Utensílios, Equipamentos e Ferramentas, o licitante deverá observar as orientações/informações referentes às Convenções Coletivas de Trabalho e demais valores e percentuais utilizados como parâmetro pela Conab. Essas e outras

orientações/informações estão dispostas no ANEXO V, VI e VII deste Termo de Referência.

- 8.1.3.1 A inobservância das orientações/informações citadas neste subitem, quanto ao correto preenchimento da planilha de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta.
- 8.1.4 A Conab poderá realizar diligências junto à licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa, não comprovados documentalmente, poderá acarretar a desclassificação da proposta.
- 8.1.5 A inobservância do prazo fixado pela Conab para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes/incompletos poderá ocasionar a desclassificação da proposta.
- 8.1.6 Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, a Conab poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

## **8.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 8.2.1 As empresas deverão comprovar a **Qualificação Técnica** por meio de:
  - 8.2.1.1 Atestados de Capacidade Técnica emitidos por entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada de execução de serviços com características e condições semelhantes ao objeto que comprovem:
  - 8.2.1.2 Experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura da licitação:
    - 8.2.1.2.1 Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da alínea anterior.
    - 8.2.1.2.2 Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.
    - 8.2.1.2.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
    - 8.2.1.2.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
  - 8.2.1.3 Cópia(s) de contrato(s) executado(s) ou em execução a pelo menos doze meses, na data de publicação deste Edital, referente(s) ao(s) atestado(s) apresentado(s), comprovando que a licitante gerencia, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no seu contrato social, registrado na junta comercial competente:
    - 8.2.1.3.1 quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;
    - 8.2.1.3.2 quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação. Será aceito o somatório de contratos executados concomitantemente cujo



total de postos seja igual ou superior ao definido neste Edital.

- 8.2.1.3.3 A exigência do quantitativo estipulado nas subcondições “1” e “2” são condições mínimas necessárias para que a licitante comprove a capacidade de arcar com todas as suas despesas operacionais.
- 8.2.1.4 É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata a alínea “a.1”, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.
- 8.2.1.5 O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Conab possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.
- 8.2.1.6 A Conab se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.
- 8.2.1.7 Qualificações específicas:
- 8.2.1.7.1 Alvará de funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, conforme estabelece a Lei nº 7.102 de 20/06/1983, regulamentada pelo Decreto nº 89.056 de 24/11/1983 e Portaria DG/DPF nº 3.233 de 10/12/2012, e alterações;
- 8.2.1.7.2 Renovação/Revisão anual do Alvará de Funcionamento de que trata o item anterior, em conformidade com o § 7º do art. 32 do Decreto nº 89.056/1983, alterado pelo Decreto nº 1.592/1995;
- 8.2.1.7.3 Certificado de Segurança Atualizado, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, de acordo com a Portaria DG/DPF nº 3.233 de 10/12/2012, e alterações;
- 8.2.1.7.4 Certificado de Regularidade ou documento equivalente emitido pela Secretaria de Segurança Pública para o funcionamento da empresa no Estado de São Paulo;
- 8.2.1.7.5 Declaração da Licitante, sob assinatura do Representante Legal, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará à Conab uma cópia autenticada do comprovante de conclusão, com aproveitamento suficiente, dentro do prazo de validade, do curso de formação e/ou reciclagem dos Vigilantes designados para a execução dos serviços, realizado junto à empresa devidamente autorizada pelo Ministério da Justiça, nos termos da Portaria DPF Nº 3.233 de 10/12/2012 e alterações;
- 8.2.1.7.6 Declaração da Licitante, sob assinatura do Representante Legal, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará à Conab uma cópia da relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registros de Armas” e “Portes de Armas”, que serão utilizadas pela mão de obra nos Postos de Vigilância, expedida pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria DPF nº 3.233 de 10/12/2012 e alterações;
- 8.2.1.7.7 Declaração da Licitante, sob assinatura do Representante Legal, de que, caso seja declarada vencedora da licitação, manterá, na Região Metropolitana da Grande São Paulo, durante todo o período de vigência do contrato, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados;

8.2.1.7.8 Declaração da Licitante, sob assinatura do Representante Legal, de que, sendo vencedora da Licitação, se responsabiliza por quaisquer danos causados por seus empregados à Conab, dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens da Conab e de terceiros, seja por omissão ou negligência de seus empregados, após o devido processo legal, conforme disposto no Modelo de Apresentação da Proposta, Anexo II desse termo.

8.2.2 As empresas deverão comprovar a Qualificação Econômico-financeira por meio de:

8.2.2.1 certidão negativos de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

8.2.2.1.1 a certidão referida na alínea anterior, que não tiver mencionado explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

8.2.2.2 Para as empresas não inscritas no SICAF – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.2.2.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.2.2.3 será considerada boa a situação financeira da licitante, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1(um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.2.2.3.1 a licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.2.2.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a condição de qualificação econômico-financeira por meio de: Comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante-Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

8.2.2.5 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e

demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancete ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

8.2.2.6 Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme Anexo IV do Termo de Referência, de que um doze avos dos Contratos firmados com a Administração Pública ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita no inciso anterior, observados os seguintes requisitos:

8.2.2.6.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social, e

8.2.2.6.2 **caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.**

### 8.3 DA VISTORIA

8.3.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por empregados designados para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones: UA Bernardino de Campos: (14) 3346-2557, UA Garça: (14) 3406-4077, podendo sua realização ser comprovada por:

8.3.1.1 Declaração assinada pelo licitante de que realizou vistoria no local do evento e de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com esta Conab, na forma do Anexo III deste TR; ou

8.3.1.2 Declaração emitida pelo licitante optante por não realizar a vistoria, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade pela sua opção e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com esta Conab, na forma do Anexo III deste TR.

8.3.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.3.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## 9 DOS SERVIÇOS

### 9.1 DA DESCRIÇÃO

9.1.1 A prestação dos serviços de vigilância nos postos fixados pela Conab, envolve a alocação, pela Contratada, de mão de obra capacitada para:

9.1.2 Comunicar imediatamente à Conab, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

9.1.3 Manter relação nominal atualizada do Superintendente, Gerentes, Encarregados, Secretárias e empregados com os seus respectivos números de telefones/ramais e lotação;

9.1.4 Manter relação atualizada dos empregados responsáveis pela fiscalização dos serviços com os seus respectivos números de telefone para contatos emergenciais, inclusive aparelho móvel.

9.1.5 Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros interesses, indicados para o melhor desempenho das atividades.



- 9.1.6 Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto e comunicar à Conab todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da mesma.
- 9.1.7 Permitir o ingresso, nas instalações, somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.
- 9.1.8 Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da unidade, mantendo sempre os portões fechados quando fora do expediente.
- 9.1.9 Repassar para o(s) vigilante(s) que estará(ão) assumindo o(s) posto(s), quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.
- 9.1.10 Colaborar com as Polícias Civil, Militar ou Federal, se for o caso, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Conab, facilitando o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- 9.1.11 Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.
- 9.1.12 Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estejam devida e previamente autorizados pela Conab ou responsável pela unidade.
- 9.1.13 Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato à Conab, no caso de desobediência.
- 9.1.14 Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.
- 9.1.15 Executar rondas diárias conforme orientação recebida da Conab, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade.
- 9.1.16 Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada, portando identidade funcional/crachá, no qual deverá constar, no mínimo: razão social da CONTRATADA, nome completo do servidor, fotografia 3x4, número de registro na DRT, cargo e matrícula do empregado.
- 9.1.17 Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.
- 9.1.18 Registrar e controlar, acompanhado da Conab, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços.
- 9.1.19 Registrar em Livro de Ocorrência as anormalidades ocorridas e as providências adotadas, comunicando de imediato ao Fiscal da CONAB a ser designado para acompanhar o contrato.
- 9.1.20 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Conab, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 9.2 DO DETALHAMENTO

- 9.2.1 A programação dos serviços será periodicamente fornecida pela Conab, com o devido cumprimento pela Contratada, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.
- 9.2.2 Zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio, de modo a:
  - 9.2.2.1 controlar o acesso de pessoas em áreas restritas;
  - 9.2.2.2 rondar as dependências do local de trabalho;
  - 9.2.2.3 ligar sistemas de iluminação e equipamentos;
  - 9.2.2.4 ligar cabine de força;

- 9.2.2.5 exigir que as pessoas não fumem e locais proibidos;
- 9.2.2.6 desligar sistema de iluminação e equipamentos;
- 9.2.2.7 apartar brigas;
- 9.2.2.8 providenciar socorros médicos;
- 9.2.2.9 solicitar reparos;
- 9.2.2.10 prevenir incêndios;
- 9.2.2.11 combater incêndios;
- 9.2.2.12 prestar primeiros socorros.
- 9.2.3 Fiscalizar pessoas, cargas e patrimônio:
  - 9.2.3.1 revistar pessoas;
  - 9.2.3.2 revistar veículos;
  - 9.2.3.3 revistar recintos.
- 9.2.4 Recepcionar pessoas;
  - 9.2.4.1 identificar pessoas;
  - 9.2.4.2 consultar pessoa a ser visitada.
- 9.2.5 Os serviços especificados no objeto deste Termo de Referência não excluem outros similares que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa.
- 9.2.6 **Vigilância Armada:**
  - 9.2.6.1 Os vigilantes deverão portar, preso à cintura, um cinto com coldre de couro, baleiro e revolver calibre 38, devidamente registrado e em perfeita observância às normas e legislação vigente;
  - 9.2.6.2 As armas, munição e respectivos acessórios serão fornecidos ao vigilante, pela Contratada, no momento da implantação dos postos, ficando sob sua responsabilidade, tanto a guarda e manutenção do armamento, quanto a limpeza e lubrificação das armas, que deverá ocorrer trimestralmente.
  - 9.2.6.3 A munição oferecida deverá ter procedência de fabricante, não sendo permitida, em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas, devendo as mesmas serem substituídas no máximo a cada 12 (doze) meses.
  - 9.2.6.4 A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Conab, após esgotados todos os meios possíveis para a solução de eventual problema.
- 9.2.7 **Substituição de vigilantes:**
  - 9.2.7.1 Sob nenhuma justificativa a Unidade poderá ficar descoberta da vigilância contratada, devendo a Contratada prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
  - 9.2.7.2 Após o cumprimento de seu turno de trabalho, o vigilante somente poderá deixar as instalações da Unidade se seu substituto já tiver se apresentado para assumir o seu lugar, devendo quando ocorrer atraso, comunicar tal fato imediatamente a seus superiores, solicitando providências.
  - 9.2.7.3 A Contratada deverá impedir que a mão de obra julgada inadequada para a prestação dos serviços ou que venha a cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da Unidade, devendo também, efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- 9.2.8 A atividade a ser desenvolvida será executada por profissional cuja categoria é reconhecida legalmente e está relacionada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sob o nº 5173-30, estando disponível a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversas empresas prestadoras desse serviço.
- 9.2.9 Os profissionais da Contratada responsáveis pela execução dos serviços, deverão possuir, no mínimo, os seguintes requisitos básicos:
  - 9.2.9.1 Ser brasileiro;

- 9.2.9.2 Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- 9.2.9.3 Ter instrução correspondente ao ensino médio;
- 9.2.9.4 Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento autorizado;
- 9.2.9.5 Ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- 9.2.9.6 Não ter antecedentes criminais registrados.
- 9.2.10 No processo seletivo a ser realizado pela Contratada, deverá ser observado ainda:
  - 9.2.10.1 quitação com as obrigações eleitorais, e;
  - 9.2.10.2 quitação com as obrigações do serviço militar (para os profissionais do sexo masculino).
- 9.2.11 O pagamento dos salários dos empregados da Contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.
  - 9.2.11.1 Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Conab analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

### 9.3 DA ROTINA E DOS MÉTODOS

- 9.3.1 A Contratada deverá executar as seguintes atividades para o cumprimento do objeto:
  - 9.3.1.1 Os serviços de vigilância armada diurna e noturna serão executados ininterruptamente, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, operação de sistemas de segurança e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, nos locais discriminados no item 10 deste Termo de Referência.
  - 9.3.1.2 Por se tratar de postos de serviços 12 x 36 horas, e pela inviabilidade de cobertura dos postos com a alocação de outro vigilante durante o intervalo intrajornada, **a Contratada pagará o tempo destinado ao intervalo alimentar como hora extra**, sem prejuízo do recebimento do tíquete-refeição, facultada a sua fruição no próprio local de trabalho, sem importar majoração da jornada.

### 10 DO LOCAL E DOS HORÁRIOS

- 10.1.1 Os serviços objeto deste Termo de Referência, deverão ser realizados nas Unidades Armazenadoras, no âmbito da Superintendência Regional de São Paulo, situadas nos endereços e horários:

ITEM	LOCAL	TURNO	HORÁRIO	PERIODICIDADE	Nº POSTOS
1	UA BERNARDINO DE CAMPOS/SP Rua Manoel Augusto Plantiel s/n – Centro -Bernardino de Campos/SP	Diurno	06:00 às 18:00	Diariamente	01
		Noturno	18:00 às 06:00	Diariamente	01
2	UA GARÇA/SP AV. DR. GASTÃO VIDIGAL S/N – VILA SALGUEIRO – GARÇA /SP	Diurno	06:00 às 18:00	Diariamente	01
		Noturno	18:00 às 06:00	Diariamente	02
Total					05

- 10.1.2 A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 10 (dez) dias, a partir da assinatura do contrato.

- 10.1.3 A Contratada deverá alocar mão de obra no respectivo local e nos horários a serem fixados pela Conab, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.
- 10.1.4 Escala de Trabalho: Turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, diurnas e noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes.

## 11 DOS UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

- 11.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar uniformes, equipamentos, materiais, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Calça cargo	2 / ano
Blusas de mangas curtas e/ou camisas de mangas compridas	4 / ano
Coturno em lona, fechado, antiderrapante	1 / ano
Meia (par)	4 / ano
Cinto de Nylon	1 / ano
Colete e placa balística	1 / ano
Boné com emblema	1 / ano
Capa de Chuva	1 / ano
Revólver calibre 38 e registro	1 / ano
Coldre e baleiro	1 / ano
Munição calibre 38 (seis balas)	2 / ano
Distintivo tipo broche	1 / ano
Livro de Ocorrência	2 / ano
Cassetete e porta cassetete	1 / ano
Apito	2 / ano
Cordão de apito	2 / ano
Lanterna com bateria recarregável	1 / ano
Crachá de identificação	1 / ano
Rádios de comunicação móveis e portáteis, para cada vigilante em serviço	1 / ano
Jaqueta de frio ou japonsa	1 / ano
Bastão de ronda eletrônico	1 / ano
Botões eletrônicos para ronda com bastão	Mínimo de 05 pontos

- 11.2 O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

- 11.2.1 A Contratada deverá fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), após comunicação escrita da Conab, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.
- 11.2.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 11.2.3 Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado.

- 11.2.4 Submeter amostra do uniforme, em até 05 (cinco) dias corridos contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da Conab do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada a Conab o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a Contratada a obrigatoriedade de apresentar nova amostra no dia subsequente ao da reprovação.
- 11.2.4.1 Após a aprovação por parte da Conab, a Contratada deverá entregar os uniformes aos empregados em até 48 (quarenta e oito) horas. Nesse intervalo de tempo, a Contratada deverá orientar os empregados para usarem traje adequado.
- 11.2.5 Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela Conab.
- 11.2.6 A Contratada não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.
- 11.2.7 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao fiscal do contrato.
- 11.3 Quando a Convenção Coletiva de Trabalho tratar sobre o fornecimento de uniformes, a Contratada deverá efetuar a entrega de uniformes em conformidade com o estabelecido na convenção, obedecendo as condições qualitativas dispostas neste Termo de Referência.
- 11.4 A Contratada deverá arcar com todas as despesas de materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços.
- 11.5 A Licitante Vencedora deverá apresentar listagem contendo todos os materiais, equipamentos e ferramentas pertinentes à prestação do serviço, preço unitário e total, conforme quantitativo estimado neste Termo de Referência, compondo o valor do lance para a execução dos serviços apresentados, de forma a proporcionar avaliação de exequibilidade dos valores constantes da proposta comercial.
- 11.6 Para cotação dos materiais de consumo, sugere-se que o Representante Legal proceda à minuciosa vistoria no local, visando estimativa dos respectivos quantitativos.
- 11.7 A relação mínima dos materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas para a execução dos serviços está disposta no ANEXO VII.
- 11.7.1 Todos os materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas utilizadas na prestação dos serviços deverão obedecer aos critérios técnicos estabelecidos pelos órgãos competentes e as especificações contidas no ANEXO VII deste Termo de Referência.
- 11.8 Os serviços e materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas especificadas neste Termo de Referência não excluem outros que, porventura, se façam necessários à boa execução dos serviços, obrigando-se a Contratada a executá-los prontamente, como parte integrante de suas obrigações.
- 11.9 A responsabilidade pela guarda e manuseio dos materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas a serem utilizados na prestação dos serviços ficará a cargo da Contratada, devendo seu uso ser acompanhado pela Conab.
- 11.10 Todos os materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada em quantidade e qualidade, e em conformidade com as metragens e instalações informadas pela Conab, que poderá recusar aqueles cuja qualidade não satisfaça as necessidades e o padrão estabelecido pela Conab.
- 11.11 Para execução do serviço contratado, serão necessários, “no mínimo”, materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas, ficando sob responsabilidade da Contratada o fornecimento de quaisquer outros materiais, utensílios e equipamentos necessários a execução dos serviços, que não estejam relacionados neste Termo de Referência.



## 12 DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

- 12.1 Durante a vigência do contrato, a Conab, para avaliar a qualidade na execução dos serviços, adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante no ANEXO VIII deste Termo de Referência.
- 12.2 O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) avaliará se a execução dos serviços obteve conformidade com as condições estabelecidas neste termo e atingiu os resultados estabelecidos no IMR, mediante critérios objetivos estabelecidos pela Conab.
- 12.3 Os critérios definidos para medição de resultados na execução dos serviços serão utilizados para efeito de pagamento com base nos resultados obtidos pela Contratada, bem como poderá ensejar a aplicação de multa e rescisão contratual.

### 12.4 TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
06	4,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

### 12.5 TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	06
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, justificado pela Contratada e aceito pela Conab, os serviços contratuais, por dia e por unidade de atendimento;	05
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
04	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mau apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência;	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>		
06	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	01
07	Entregar os salários, vales-transportes e/ou ticket-refeição nas datas avançadas, por ocorrência e por dia;	01
08	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	04
09	Fornecer uniformes e seus complementos, em quantidades definidas em acordo ou convenção, para cada categoria, por funcionário e por ocorrência;	02
10	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia e por ocorrência;	05
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	01

12	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02
----	--	----

- 12.5.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### 13 DO SALÁRIO DOS PROFISSIONAIS DA CONTRATADA

- 13.1 Os salários dos empregados da empresa contratada, quando da prestação dos serviços, não poderão ser inferiores ao piso estabelecido para a classe ou categoria respectiva.
- 13.2 Os valores limites para a contratação dos serviços de vigilância, encontram-se estabelecidos pela Secretaria de Gestão (SEGES/MP), por meio da Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017, atualizada em 08/05/2019, conforme caderno técnico de vigilância São Paulo, disponível no endereço: [https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/Cadernostecnicos/Cadernos2019/CT\\_VIG\\_SP\\_2019.pdf](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/Cadernostecnicos/Cadernos2019/CT_VIG_SP_2019.pdf)

### 14 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 14.1 Para o cumprimento do contrato pressupõe-se a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:
- 14.1.1 **Fiscal do Contrato:** é o empregado ou a comissão designada pela Conab, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento provisório do objeto da contratação;
- 14.1.2 **Preposto:** funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com a Conab, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 14.2 A fiscalização adotará os seguintes mecanismos para realizar a comunicação com a Contratada:
- 14.2.1 via telefone;
- 14.2.2 via ofício ou carta;
- 14.2.3 via e-mail;
- 14.2.4 via presencial.
- 14.3 A atividade de gestão e fiscalização do presente contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos artigos 535 e 540 do RLC.
- 14.4 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistirá na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato.
- 14.5 Nos termos dos artigos 543 e 544 do RLC será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- 14.6 O Fiscal do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- 14.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 76 da Lei nº 13.303/2016.

- 14.8 A Contratada deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, devendo:
- 14.8.1 efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato;
  - 14.8.2 fornecer e manter atualizados endereço de correspondência da Contratada para recebimento de ofícios, notificações e intimações, bem como endereço de correio eletrônico;
  - 14.8.3 zelar pela manutenção, durante a execução do Contrato, das condições estabelecidas no instrumento convocatório, nas normas regulamentadoras e na legislação correlata do meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, como também da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS e do cumprimento das obrigações trabalhistas;
  - 14.8.4 zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes; e
  - 14.8.5 zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.
- 14.9 Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual, deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à Conab;
- 14.10 Em função das características da presente contratação, e por motivo de economia, o preposto da Contratada poderá ser um dos empregados designados para a execução dos serviços.
- 14.11 A fiscalização, conforme artigos 545 à 548 do RLC, avaliará constantemente a execução dos serviços e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no ANEXO VIII, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:
- 14.11.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
  - 14.11.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.12 Durante a execução do objeto, a fiscalização monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.13 A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.14 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 14.15 A fiscalização deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.16 A fiscalização verificará a conformidade do material, utensílios e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços junto ao documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.17 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Conab, conforme disposto nos artigos 568 a 571 do RLC.
- 14.18 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Conab e

reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

- 14.18.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a Conab poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 14.18.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Conab para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 14.18.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Conab e os empregados da Contratada.
- 14.19 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 14.20 A fiscalização, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 510 do RLC.
- 14.21 Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.22 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no § 2º do artigo 519 do RLC.
- 14.23 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**
  - 14.23.1 A fiscalização e o gestor do contrato deverão exigir, dentre outras, as comprovações dos itens a seguir:
  - 14.23.2 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT:
    - 14.23.2.1 no primeiro mês da prestação dos serviços;
    - 14.23.2.2 relação dos empregados que prestarão os serviços, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números do RG, CPF e CTPS e exames médicos admissionais.
  - 14.23.3 Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, aos responsáveis pela fiscalização do contrato, dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:
    - 14.23.3.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND;
    - 14.23.3.2 Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
    - 14.23.3.3 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e;
    - 14.23.3.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
  - 14.23.4 Entrega, quando solicitado pela Conab, de quaisquer dos seguintes documentos:
    - 14.23.4.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Conab;
    - 14.23.4.2 Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Conab;
    - 14.23.4.3 Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
    - 14.23.4.4 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares, como vale-transporte, vale-alimentação, entre outros, a que estiver obrigada por força da lei ou de

- Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 14.23.4.5 Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo Contrato.
- 14.23.5 Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do Contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no Contrato:
- 14.23.5.1 Termos de rescisão dos Contratos de trabalho dos empregados prestadores do serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 14.23.5.2 Guias de Recolhimento da Contribuição Previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 14.23.5.3 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- 14.23.5.4 Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 14.23.6 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 14.23.7 Sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos elencados no item 14.23.2.2 deverão ser apresentados.
- 14.23.8 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas elencadas no item acima poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da Conab.
- 14.23.9 A Conab deverá analisar a documentação solicitada no item 14.23.5, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 14.23.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o fiscal e gestor do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil – RFB.
- 14.23.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o fiscal e gestor do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 14.23.12 O descumprimento das obrigações trabalhista ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 14.23.13 A Conab poderá conceder um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa corrigir.
- 14.23.14 Além das disposições acima citadas, a fiscalização deverá observar, ainda, as diretrizes a seguir:
- 14.23.14.1 Fiscalização Inicial:
- 14.23.14.1.1 No momento em que a prestação de serviços é iniciada, deve ser elaborada planilha resumo de todo o Contrato Administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços na Conab, divididos por Contrato, com os seguintes dados: nome completo, CPF, função, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade, como vale-transporte e auxílio-alimentação, horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhistas;
- 14.23.14.1.2 A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS será feita por amostragem. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que possa verificar se as informações nelas inseridas



- coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do Contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações, além de demais eventuais alterações dos Contratos de trabalho;
- 14.23.14.1.3 O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no Contrato Administrativo;
- 14.23.14.1.4 O salário não pode ser inferior ao previsto no Contrato Administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria – CCT;
- 14.23.14.1.5 Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas, como por exemplo, se os empregados tem direito a auxílio alimentação gratuito;
- 14.23.14.1.6 Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados equipamentos de proteção individual – EPI's;
- 14.23.14.1.7 No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a relação dos empregados, com nome completo, cargo, horário do posto de trabalho, RG, CPF e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, além de exames médicos admissionais como também declaração de quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do Contrato.
- 14.23.14.2 Fiscalização mensal:
- 14.23.14.2.1 Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- 14.23.14.2.2 Deve ser consultada a situação da Contratada junto ao SICAF;
- 14.23.14.2.3 Serão exigidos: Certidão Negativa de Débito – CND relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF; e
- 14.23.14.2.4 Exigir, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitados da Previdência Social, conforme legislação em vigor.
- 14.23.14.3 Fiscalização diária:
- 14.23.14.3.1 Devem ser evitadas ordens diretas da Conab dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da Contratada. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;
- 14.23.14.3.2 Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, de ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva do empregador; e
- 14.23.14.3.3 Conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- 14.23.14.4 Fiscalização procedimental:

- 14.23.14.4.1 Observar a data-base da categoria prevista na CCT. Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos, devendo ser verificada pela fiscalização do Contrato a necessidade de se proceder a repactuação do Contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada;
- 14.23.14.4.2 Certificar que a empresa observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados; e
- 14.23.14.4.3 Certificar que a empresa respeita a estabilidade provisória de seus empregados como cipeiro, gestante e estabilidade acidentária.
- 14.23.14.5 Fiscalização por amostragem:
  - 14.23.14.5.1 Solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes;
  - 14.23.14.5.2 Solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados, os extratos da conta do FGTS;
  - 14.23.14.5.3 O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano, sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado, garantindo assim o “efeito surpresa” e o benefício da expectativa do controle;
  - 14.23.14.5.4 A Contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela Conab, por amostragem, quaisquer dos seguintes documentos:
    - 14.23.14.5.5 extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado;
    - 14.23.14.5.6 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços em que conste como tomador a Conab;
    - 14.23.14.5.7 cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
    - 14.23.14.5.8 comprovantes de entrega de benefícios suplementares, vale transporte, vale alimentação, entre outros, a que estiver obrigada por força da lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

## 15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 15.1 São obrigações da Conab:

- 15.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 15.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste de Termo de Referência e seus anexos.
- 15.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 15.1.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que seja reparado ou corrigido;
- 15.1.5 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela área para qual o trabalho seja prestado, desde que observado o limite da legislação trabalhista, e previamente autorizado pela fiscalização.

- 15.1.6 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência.
- 15.1.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designado.
- 15.1.8 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação de serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 15.2 A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 15.3 A Conab não permitirá atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 15.3.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
  - 15.3.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na Contratada.
  - 15.3.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos empregados da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o empregado foi contratado,
  - 15.3.4 Considerar os empregados da Contratada como colaboradores eventuais da Conab, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

## **16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 16.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 16.2 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas necessários, na qualidade e quantidades especificadas.
- 16.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, ficando a Conab autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 16.4 Substituir, reparar, remover ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 16.5 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Conab.
- 16.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Conab, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.
- 16.7 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno, preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.
- 16.8 Atender às solicitações da Conab quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 16.9 Comunicar à Conab, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da finalização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

- 16.10 Utilizar empregados habilitados e com conhecimento básico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinação em vigor.
- 16.11 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, quando for o caso.
- 16.12 Fornecer uniformes e seus complementos aos empregados, conforme descrito no item 11, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, sem repassar quaisquer custos a estes.
- 16.13 Apresentar à Conab, quando for o caso, relação nominal dos empregados que adentrarão as instalações de suas unidades, para a execução do serviço.
- 16.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Conab.
- 16.14.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordo, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 16.15 Atender as solicitações da Conab quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 16.16 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Conab.
- 16.17 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Conab toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 16.18 Relatar à Conab toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 16.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 16.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 497 do RLC.
- 16.21 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.22 Não beneficiar-se da condição de Optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º do artigo 18 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 16.23 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º do artigo 18 da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsto no artigo 17, XII, artigo 30 § 1º, II e do artigo 31, II, todos da Lei Complementar 123/2006.
- 16.23.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

- 16.24 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Conab, durante a realização do contrato.
- 16.25 Apresentar todas as documentações mencionadas no artigo 551 do RLC, nos prazos ali estabelecidos.
- 16.26 Manter preposto nos locais de prestação, aceito pela Conab, para representá-la na execução do contrato.
- 16.27 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 16.27.1 Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF, para todos os empregados.
- 16.27.2 Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.
- 16.27.3 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.
- 16.28 Autorizar na Conab, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.
- 16.28.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 16.29 Fornecer, sempre que solicitados pela Conab, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Conab.
- 16.29.1 A Ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 16.29.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no item acima, sem a regularização da falta, a Conab poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 16.29.3 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Conab para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 16.29.4 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 16.29.5 Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que possui ou instalará escritório na Região Metropolitana da Grande São Paulo/SP, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação / manutenção do escritório.



## 17 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 17.1 A Contratada deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5 % (cinco) por cento, conforme parâmetros do art. 439 do RLC, do valor anual do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:
- 17.1.1 Caução em dinheiro;
  - 17.1.2 Seguro-garantia; ou
  - 17.1.3 Fiança bancária.
- 17.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- 17.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 17.2.2 Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
  - 17.2.3 Multas contratuais aplicadas pela Conab à contratada.
  - 17.2.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada.
- 17.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.4 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor anual do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 17.5 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do Contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 569 do RLC.
- 17.6 A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato.
- 17.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Conab, mediante recolhimento junto ao Banco do Brasil, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, em nome da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.
- 17.8 No caso de prorrogação da vigência do Contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.9 No caso de contratação com vigência superior a 12 (doze) meses a garantia deverá ser renovada anualmente, como forma de resguardar os interesses da Conab.
- 17.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.11 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.12 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Conab poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato, no caso da não comprovação:
- 17.12.1 do pagamento das respectivas verbas rescisórias, ou
  - 17.12.2 da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 17.13 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.14 Será considerada extinta a garantia:
- 17.14.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de

declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

17.14.2 Com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade previsto no subitem 17.6; ou

17.14.3 Com a expiração do prazo de validade da garantia previsto no subitem 17.6.

## **18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1 A contratada, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

a) advertência;

b) multa moratória;

c) multa compensatória;

d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;

e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

18.2 As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

18.3 O contratado que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

18.4 A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à Contratada, observando-se as regras previstas no RLC.

18.5 A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

18.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectiva Contratada. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

### **18.7 Da sanção de advertência:**

18.7.1 A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

18.7.2 A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF.

### **18.8 Da sanção de multa:**

18.8.1 A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) multa moratória por atraso injustificado na entrega da garantia contratual, conforme disposto no item 17;

b) multa moratória de 0,2 % (dois décimos por cento) sobre o valor anual do Contrato, por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias;

c) multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre valor anual do Contrato, por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias.

c.1) Esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

d) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre valor anual do Contrato, no caso de inexecução parcial do contrato;

- e) multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do Contrato;
- f) multa rescisória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do Contrato;
- g) multa de 0,2% a 3,2% por dia sobre valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

INFRAÇÃO		
	DESCRIÇÃO	GRAU
a)	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
b)	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
c)	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	03
d)	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	02
e)	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem anuência prévia da Conab, por empregado e por dia	03
<b>Para os itens a seguir deixar de:</b>		
f)	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia	01
g)	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	02
h)	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	01
i)	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	03
j)	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	01
k)	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	01

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

h) multa compensatória definida no Instrumento de Medição de Resultado IMR, Anexo VIII do Termo de Referência, no caso de serviço prestado sem o atendimento dos níveis de resultados nele estabelecidos.

h.1) Dependendo do nível de desconformidade na prestação do serviço aferido ocorrerá a rescisão unilateral do Contrato, conforme estabelecido no IMR.

h.2) As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configurará repetição da sanção (bis in idem).

h.3) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

h.4) A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

#### **18.9 Da sanção de suspensão:**

- 18.9.1 Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.
- 18.9.2 A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

#### **18.10 Do cometimento de falta grave:**

- 18.10.1 Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação da penalidade de multa e da suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab por até 02 (dois) anos, nos termos do artigo 574 do RLC, aquele que:
  - 18.10.1.1 não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura, após o prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação da Conab, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa acatada pela Conab;
  - 18.10.1.2 deixar de realizar pagamento do salário, vale-transporte e do auxílio-alimentação no dia fixado, após o prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação da Conab, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa acatada pela Conab.

### **19 DO PAGAMENTO**

- 19.1 O pagamento será efetuado pela Conab no prazo de até (10) dez dias corridos do mês subsequente da prestação dos serviços, contados a partir do atesto da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:
  - 19.2.1 No prazo de até 02 (dois) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
  - 19.2.2 No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, o Fiscal Funcional deverá realizar a análise de toda a documentação apresentada pela Contratada, avaliar a execução por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e emitir o Termo de Recebimento Provisório, com detalhamento da execução contratual, em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.
  - 19.2.3 Constatadas impropriedades na execução do objeto contratual e/ou irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento das despesas, estas deverão ser registradas no Termo de Recebimento Provisório, no qual constarão as cláusulas contratuais descumpridas, as medidas a serem adotadas pela Contratada para as respectivas correções e o prazo a ser concedido para a sua regularização que não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis contados da emissão do referido Termo.
  - 19.2.4 Sanadas as impropriedades e/ou irregularidades a que se referem o item anterior, o Fiscal Funcional ou a Comissão de Fiscalização, no prazo de 02 (dois) dias corridos contados do efetivo saneamento das falhas, deverá elaborar relatório detalhado da execução contratual e encaminhar o Termo de Recebimento Provisório

anteriormente emitido ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

- 19.2.5 No prazo de até 02 (dois) dias corridos contados a partir do recebimento do Termo de Recebimento Provisório mencionado nas alíneas anteriores, o empregado ou Comissão designada deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 19.2.5.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso ainda haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções no prazo concedido para a sua regularização dentro do estabelecido para o recebimento definitivo;
  - 19.2.5.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas, e;
  - 19.2.5.3 Comunicar a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 19.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no artigo 559 do RLC.
- 19.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.5 Antes de cada pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis a Contratada, prorrogável uma vez por igual período a critério da Conab, para regularização ou apresentação de sua defesa.
- 19.5.1 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
  - 19.5.2 Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada à Contratada a ampla defesa.
  - 19.5.3 Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
  - 19.5.4 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela (Diretoria Gestora na Matriz e pela Superintendência Regional no âmbito de sua competência), não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.
- 19.6 Dos pagamentos devidos à Contratada serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.
- 19.7 Caso a Contratada seja Optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 19.8 As eventuais multas impostas à Contratada em decorrência de inadimplência contratual, poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.
- 19.9 Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:



$$I = (TX/100)$$

365

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 19.10 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ao mesmo tempo serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## 20 DA CONTA VINCULADA

- 20.1 No caso da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, deve-se adotar:
- 20.1.1 provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Conab em Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação;
  - 20.1.2 Previsão de que o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.
  - 20.1.3 A obrigação da contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Conab a reter, a qualquer tempo, a garantia contratual de até 5%(cinco por cento).
  - 20.1.4 A obrigação da contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Conab a fazer o desconto nas faturas a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.
  - 20.1.5 Disposição prevendo que a contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF para todos os empregados.
  - 20.1.6 Disposição prevendo que a contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.
  - 20.1.7 Disposição prevendo que a contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.
- 20.2 Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere ao inciso IV pela própria Conab, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.
- 20.3 Os valores provisionados na forma do inciso I do Caput, somente serão liberados nas seguintes condições:
- 20.3.1 Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao Contrato, quando devido;

- 20.3.2 Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- 20.3.3 Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao Contrato; e
- 20.3.4 Ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 20.3.5 Deve-se adotar, preferencialmente, nas contratações de serviços o modelo de Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação.
- 20.4 O saldo existente na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação apenas será liberado com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 20.5 As provisões realizadas pela Conab para o pagamento dos encargos trabalhistas, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do Contrato e depositadas pela administração em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.
- 20.6 O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada—bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:
- 20.6.1 13º (décimo terceiro) salário;
- 20.6.2 Férias e 1/3(um terço) constitucional de férias; e
- 20.6.3 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário
- 20.7 A movimentação da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação dependerá de autorização da Conab e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações previstas no parágrafo anterior.
- 20.8 Deverá ser firmado Termo de Cooperação Técnica, conforme modelo no Anexo IX deste Regulamento, com instituição financeira, cuja minuta constituir-se-á anexo do instrumento convocatório, o qual determinará os termos para a abertura da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.
- 20.9 O Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Contrato Administrativo, ou aos procedimentos internos da instituição financeira.
- 20.10 A assinatura do Contrato de prestação de serviços com a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:
- 20.10.1 Solicitação, mediante ofício, de abertura da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação; e
- 20.10.2 Assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, de termo de autorização que permita a Conab a ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização;
- 20.11 O saldo da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no respectivo Termo de Cooperação Técnica.
- 20.12 Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no artigo 143, retidos por meio da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor da fatura mensal a ser pago diretamente à empresa.
- 20.13 Os editais deverão conter expressamente as regras previstas neste regulamento e documento de autorização para a criação da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, que deverá ser assinado pela contratada.

- 20.14 Poderá ser negociado com a instituição financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação.
- 20.14.1 Os editais deverão informar aos proponentes que, em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 20.14.2 Os recursos atinentes à cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação poderão ser previstos na proposta da licitante.
- 20.14.3 Os editais deverão informar o valor total, global ou estimado das tarifas bancárias de modo que tal parcela possa constar da planilha de custos e formação de preços apresentada pelos proponentes.
- 20.15 A empresa contratada poderá solicitar a Conab para utilizar os valores da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nesta Seção ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato.
- 20.15.1 Para liberação dos recursos em Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 20.15.2 Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a Conab expedirá a autorização para movimentação dos recursos creditados em Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação e a encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 20.15.3 A autorização de que trata o parágrafo anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 20.15.4 A empresa deverá apresentar à Conab, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 20.16 Os valores provisionados para atendimento no item 19.6 serão discriminados conforme tabela a seguir:

ITEM	PERCENTUAL		
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Subtotal	20,43% (vinte vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) Constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	37,82% (vinte e sete vírgula oitenta e dois por cento)	28,03% (vinte e oito vírgula zero três por cento)	28,25% (vinte e oito vírgula vinte e cinco por cento)

	por cento)	cento)	por cento)
--	------------	--------	------------

\*Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do artigo 22 da Lei nº 8.212, 24 de julho de 1991.

- 20.17 O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

## 21 DA REPACTUAÇÃO

- 21.1 Será admitida, por solicitação da Contratada, a repactuação dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Conab, na forma estatuída nos artigos 501 a 507 do RLC.
- 21.1.1 Na hipótese de repactuação do contrato, é obrigatório que a Contratada envie mídia eletrônica (excel ou calc) em modo editável e memória de cálculo das planilhas de custo e formação de preços, as quais serão utilizadas para balizar as repactuações contratuais.
- 21.2 Ao solicitar a repactuação, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços contratados da seguinte forma:
- 21.2.1 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra: apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato, acompanhado da demonstração analítica da variação dos custos, por meio de planilha de custos.
- 21.2.2 Quando a repactuação se referir aos demais custos: Planilha de Custos e Formação de Preços que comprove o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
- 21.2.2.1 os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 21.2.2.2 as particularidades do contrato em vigência;
- 21.2.2.3 a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- 21.2.2.4 indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 21.2.2.5 índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.
- 21.2.3 A Conab poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
- 21.2.4 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando e tornarem obrigatória por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 21.2.5 O aumento dos custos da mão de obra decorrente de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deverá ser integralmente repassado ao preço repactuado.
- 21.2.6 A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios

de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

- 21.2.7 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 21.2.7.1 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 21.2.8 A repactuação não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 21.2.9 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 21.2.9.1 para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 21.2.9.2 para os demais custos sujeitos à variação de preços de mercado: a partir da data limite para apresentação da proposta constante no Edital.
- 21.2.9.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- 21.2.10 O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato ou, caso não haja prorrogação, na data em que o contrato completa 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente ou, ainda, na data do encerramento do contrato.
- 21.2.10.1 Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro dos prazos acima ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 21.2.11 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada ou o contrato tiver completado 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 21.2.11.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 21.2.11.2 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.
- 21.2.12 Caso na data da prorrogação contratual ou na data em que o contrato complementar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a Contratada proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito à futura repactuação, mediante cláusula a ser inserida no termo aditivo nos casos de contratos sujeitos a prorrogação de vigência, ou apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente nos demais casos.
- 21.3 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:



- 21.3.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 21.3.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 21.3.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 21.4 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 21.5 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 21.6 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Conab para a comprovação da variação dos custos.
- 21.7 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 21.8 A licitante vencedora deverá, sempre que pleitear repactuação dos preços, encaminhar planilha de custos e formação de preços em mídia eletrônica e em formato editável, com vistas a agilizar o processo de análise do referido pleito.
- 22 DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 22.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 23 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 23.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com / em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Conab à continuidade do Contrato.
- 24 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 24.1 Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no artigo 10 do RLC.
- 24.1.1 A Contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.
- 24.1.2 É dever da Contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.
- 24.1.3 É obrigação da Contratada a administração de situações emergenciais de acidentes, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.
- 24.1.4 A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

- 24.1.5 A Contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- 24.1.6 Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.
- 24.1.7 A Contratada deverá observar a Resolução CONAMA Nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados como chumbo, cádmio e mercúrio.
- 24.2 A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pela prestação do seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à administração.

## **25 DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 25.1 A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 568 a 572 do RLC.
- 25.2 A rescisão poderá ser:
- 25.2.1 Por ato unilateral e escrito da Conab;
- 25.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
- 25.2.3 Judicial, por determinação judicial.
- 25.3 A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 25.4 A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.
- 25.5 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos arts. 582 a 593 do RLC.
- 25.6 A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no título anterior:
- 25.6.1 Assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;
- 25.6.2 Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e
- 25.6.3 Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.
- 25.7 A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.
- 25.8 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 25.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 25.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 25.8.3 Indenizações e multas.

## **26 A VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

- 26.1 Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:
- 26.1.1 De empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- 26.1.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;

- 26.1.3 De empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- 26.1.4 De empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

## **27 DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES**

- 27.1** A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
- 27.2** A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.
- 27.3** A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

## **28 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 28.1** Os proponentes, licitantes e contratados devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regências de contratações públicas federais, a exemplo do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, quando participarem de licitações públicas;
- 28.2** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 28.3** Integram este Termo de Referência os seguintes Anexos:
- 28.3.1 Anexo I - Matriz de Riscos;
  - 28.3.2 Anexo II - Modelo de apresentação de Proposta;
  - 28.3.3 Anexo III – Declaração de Vistoria Técnica;
  - 28.3.4 Anexo IV – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a iniciativa privada e a administração pública;
  - 28.3.5 Anexo V – Planilha de Custos e Formação de Preços;
  - 28.3.6 Anexo VI – Dos Uniformes;
  - 28.3.7 Anexo VII – Dos Materiais, Utensílios, Equipamentos e Ferramentas;
  - 28.3.8 Anexo VIII – Modelo de Instrumento de Medição de Resultados (IMR); e
  - 28.3.9 Anexo IX – Termo de Cooperação Técnica – Conta Vinculada.
  - 28.3.10 Anexo X – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Nº 26/2008

Elaborado por:

**ESTELA M. C. DE CAMARGO**  
SETAD/SP  
Encarregada

Em face da necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância Armada e Ostensiva, nas áreas interna e externa, de segurança física do corpo funcional, dos materiais, equipamentos, e das instalações dos imóveis das Unidades Armazenadoras Bernadino de Campos e Garça, integrantes da Superintendência Regional da Conab no Estado de São Paulo, o que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais, EPI's e uniformes necessários e adequados à execução dos serviços, conforme exposto na Nota Técnica e o presente Termo de Referência e seus anexos em todo o seu teor, tendo em vista a coerência das justificativas e dos objetivos apresentados em relação à contratação em apreço, aprovo o presente documento nos termos do art. 131 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

**FELIPE KAROLSKI**  
Gerente Financeiro e Administrativo  
Gerente

Ciente e de acordo, autorizo.

**RENATA DE MORAES VICENTE CAMARGO**  
Superintendente Regional de São Paulo  
Superintendente

## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

### Matriz de Riscos

Objeto: Serviços de Vigilância Armada e Ostensiva, nas áreas interna e externa, das Unidades Armazenadoras de Bernardino de Campos e de Garça.									
Item	Identificação				Avaliação <sup>5</sup>			Tratamento ao Risco	
	Fases <sup>1</sup>	Evento de Risco <sup>2</sup>	Causas <sup>3</sup>	Consequências <sup>4</sup>	Probabilid ade	Impacto	Nível de Risco <sup>6</sup> (P) x (I)	Resposta ao Evento de Risco <sup>7</sup>	Responsável <sup>8</sup>
1	Planejamento	Nota de demanda: erros na elaboração da nota de demanda, má elaboração do estudo preliminar, falta de detalhamento etc.	Erro ou falha na descrição das necessidades ao preencher o Documento de Origem de Demanda – DOD	Falta de dados para definição da área responsável pela elaboração do Termo de Referência.	3	3	9	Retornar a Nota de Demanda à área demandante para adequação	Contratante
2	Planejamento	Erro na Elaboração do Termo de Referência	Falta de Conhecimento Falta de tempo hábil para elaboração Falta de recursos humanos suficientes Erro no preenchimento	Possibilidade de pagamento indevido ao contratado Desvio do objeto do contrato Processo Interno de Apuração de Responsabilidade	1	1	1	Supervisão permanente em todo o processo de elaboração do Termo de Referência.	Contratante
3	Planejamento	Contingenciamento dos recursos no momento da contratação	Demora na solicitação ou descentralização dos recursos.	Paralisação do procedimento Licitatório.	2	4	8	Procurar celeridade nos processos a fim de viabilizar recursos a tempo. Interagir junto a Matriz para liberação do orçamento, demonstrando a importância do serviço de vigilância.	Contratante
4	Planejamento	Erro na análise e chancela jurídica do Edital e da minuta do Contrato.	Excesso de demandas, falta de conhecimento específico, falta de tempo hábil.	Perdas de prazo regimentares para prosseguimento do processo. Anulação da publicação do edital e da minuta do contrato.	2	3	6	Capacitar sobre contratação de serviços de vigilância para área jurídica	Contratante
5	Seleção de Fornecedores	Licitação fracassada.	Dificuldade de cumprimento das exigências do edital por parte das empresas especializadas na execução do objeto. Utilização de condições de habilitação potencialmente restritivas à Competitividade	Não contratação do objeto por meio de processo licitatório.	1	4	4	Procurar verificar e avaliar as condições de mercado no momento da elaboração do termo de referência e Edital	Contratante
6	Seleção de Fornecedores	Contratação irregular que não atende as condições de habilitação do Regulamento de Licitações e Contrato – RLC.	Documentação de habilitação técnica e econômica financeira forjada ou inidônea por parte do vencedor da licitação.	Desclassificação do impedito. Fracasso no processo Licitatório	2	4	6	Pregoeiro realiza diligência e, caso constate, submete análise do ordenador de despesas para aplicar penalidade ao licitante impedido. E ter conhecimento prévio aos históricos dos licitantes participantes.	Contratante
7	Seleção de Fornecedores	Atestado de Capacidade Técnica Fraudulenta ou de credibilidade duvidosa.	Uso de má fé dos proponentes.	Eliminação da proponente ou contratação de empresa incapaz de executar o serviço.	2	4	8	Verificar com a empresa que emitiu o atestado de capacidade técnica a sua Veracidade	Contratante
8	Seleção de Fornecedores	Impugnação da Licitação.	Princípio da Igualdade é contrariado por meio de exigências de marca, domicílio do licitante e demais exigências que só visam afastar a competitividade do certame de Licitação.	Suspensão da licitação ou não contratação do objeto.	2	4	8	Observar os preceitos, normas e princípios legais.	Contratante
9	Seleção de Fornecedores	Licitação fracassada.	Valores superiores aos do Caderno de Técnico de Vigilância do MPOG	Impossibilidade de contratar.	1	4	4	Reinstrução processual. Procurar verificar as condições de mercado no momento da elaboração de termo de referência e edital.	Contratante
10	Seleção de Fornecedores	Inexequibilidade contratual	Valores inferiores aos do Caderno de Técnico de Vigilância do MPOG sem a devida garantia de exequibilidade	Impossibilidade da contratada em manter a prestação dos serviços	1	3	3	Análise da exequibilidade contratual para prosseguir com a contratação, com base na justificativa apresentada pelo fornecedor.	Contratante
11	Gestão do Contrato	Apresentação de documentação falsa ou vencida no ato do credenciamento	Má fé ou inobservância do Proponente. Imperícia no recebimento dos documentos.	Contratação de empresa e/ou profissional indevidos	1	1	1	Apresentação de Documentos originais com cópias autenticadas em Cartório. Consulta em sites de órgãos oficiais. Revisão minuciosa da documentação	Contratante/ Contratada
12	Gestão do Contrato	Falha na conferência da documentação apresentada	Desatenção no ato da conferência dos documentos	Contratação de empresa e/ou profissional indevidos Possibilidade de pagamento indevido ao contratado Processo Interno de Apuração de Responsabilidade	1	1	1	Revisão minuciosa da documentação	Contratada
13	Gestão do Contrato	Perca de documentos originais no momento da Prestação dos serviços ou Final	Extravios de documentos.	Possibilidade de não pagamento ao contratado Desgaste da Companhia com a Empresa Contratante	2	2	4	Estabelecer protocolo específico de recebimento de documentos.	Contratante/ Contratada



14	Gestão do Contrato	Não cumprimento do contato.	Falhas na fiscalização quando das entregas e recebimentos dos produtos e serviços contratados. Má fé da contratada.	Possibilidade de não pagamento ao contratado Desgaste da Companhia com a Empresa Contratante	1	1	1	Gerência e Fiscalização dos termos do contrato	Contratante/Contratada
15	Gestão do Contrato	Interrupção do Serviço.	Greve. Ausência de mão de obra	Possibilidade de não pagamento ao contratado Desgaste da Companhia com a Empresa Contratante	1	1	1	Estabelecer estratégias da execução do objeto. Acompanhar a execução do contrato e aplicar sanções previstas.	Contratante/Contratada
16	Gestão do Contrato	Não cumprimento do prazo estabelecido no contrato para pagamento	Falta de tempo hábil para conferência e análise das faturas. Falta de recursos humanos suficientes para dar vencimento nas rotinas.	Necessidade de cautela durante a análise técnica. Trâmites burocráticos necessários durante o processo.	1	1	1	Prorrogação do prazo estabelecido. Antes de estabelecer o prazo para pagamento a ser inserido em contrato, interagir com a área financeira, garantindo a disponibilidade dos recursos.	Contratada
17	Gestão do Contrato	Recebimento prévio sem vistoria dos equipamentos. (uniformes e armas).	Negligência da equipe de fiscalização e gestor do contrato.	Recebimento dos equipamentos defeituosos e repercussão na prestação do Serviço.	2	3	6	Designar funcionários capacitados para compor a equipe de fiscalização Prévia	Contratante/Contratada
18	Gestão do Contrato	Perda de habilitação e qualificação do contratado durante a execução do contrato	Contratado não manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.	Rescisão do contrato. Impossibilidade de assinatura do termo aditivo e renovação, gerando a necessidade de realizar novo prego.	2	4	8	Manter as habilitações atualizadas.	Contratada
19	Gestão do Contrato	Má distribuição dos postos de serviços.	Dificuldade em identificar os pontos críticos e quantidade de homem/posto.	Vulnerabilidade na prestação do serviço	2	4	8	Designar funcionários experientes para a realização da distribuição de postos de serviço.	Contratante/Contratada

<sup>1</sup> Descrição do objeto previsto para contratação.

<sup>2</sup> O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.

<sup>3</sup> Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.

<sup>4</sup> Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.

<sup>5</sup> A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo.

Escala de probabilidade		
Descritor	Descrição	Nível
Muito baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de impacto		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

<sup>6</sup> Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível do risco	
1 – 2	Baixo
3 – 6	Médio
8 – 12	Elevado
15 – 25	Extremo

<sup>7</sup> Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.

<sup>8</sup> Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.

Elaborado por:

Ricardo Lasmar Carneiro  
Analista – Setad/Gefad/Sureg/SP

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

Lote/Grupo						
Local	Item	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO R\$	NÚMERO DE POSTOS	SUBTOTAL MENSAL R\$	SUBTOTAL PARA 5 ANOS R\$
UA Bernardino de Campos	01	12 horas <b>noturnas</b> de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes, em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas		01		
	02	12 horas <b>diurnas</b> de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes, em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas		01		
UA Garça	03	12 horas <b>noturnas</b> de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes, em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas		02		
	04	12 horas <b>diurnas</b> de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes, em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas		01		

<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (CONTEMPLANDO OS 05 POSTOS)</b>	R\$ _____
<b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA PARA 05 ANOS (valor mensal dos serviços x 60 meses de contrato)</b>	R\$ _____

Razão Social: CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

TEL/FAX:

Prazo de Validade: ( 60 dias)

C/C:

Banco:

Agência:

Declaro que a empresa se responsabiliza por quaisquer danos causados por seus empregados à Conab, dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens da Conab e de terceiros, seja por omissão ou negligência de seus empregados, após o devido processo legal.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Responsável**

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

À Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB  
Superintendência Regional de São Paulo - SUREG/SP  
Ref.: Pregão Eletrônico – nº \_\_\_\_/20\_\_

Declaramos que em atendimento ao previsto no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da CI/RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, Responsável da Empresa \_\_\_\_\_, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante a CONAB/SUREG/SP – UA \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_, e vistoriei os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e graus de dificuldade existentes.

São Paulo (SP), \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2019.

Assinatura e carimbo  
(Responsável Técnico da Empresa)  
**RG e CPF**

Visto:

**Responsável pela CONAB**

---

**Ou, se for o caso de a empresa optar por não realizar a vistoria, emitir a seguinte Declaração:**

À  
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB  
Superintendência Regional de São Paulo - SUREG/SP  
Ref.: Pregão Eletrônico Conab/Sureg-SP nº \_\_\_\_/20\_\_

Declaramos que em atendimento ao previsto no Pregão Eletrônico Conab/Sureg/SP nº \_\_\_\_/20\_\_, que a Empresa \_\_\_\_\_ optou por não realizar a vistoria nos locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço e de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho a ser executado nas Unidades Armazenadoras de Bernardino de Campos e Garça, assumindo total responsabilidade pela sua opção e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CONAB/SUREG/SP, situada à Alameda Campinas, nº 433, Jardim Paulista – São Paulo/SP.

São Paulo (SP), \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2019.

Assinatura e carimbo  
(Responsável Técnico da Empresa)  
**RG e CPF**

**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos		R\$ _____

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

**Nota 1:** Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.

**Nota 2:** \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

**Fórmula exemplificativa, para fins de atendimento ao disposto no artigo 131, § 6º, inciso IV, alíneas a e b, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.**

1. A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

**Fórmula de cálculo:**

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

Observação:

**Nota 1:** Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

**Nota 2:** considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*.

2. Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

**Fórmula de cálculo:**

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$

**ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Nº Processo: 21201.000106/2019-35	
Pregão Nº ____/20__	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada posto de vigilância em cada localidade.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Nota 3: Os valores dos salários serão definidos com base nos pisos salariais constantes na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do sindicato da categoria no ano de 2019/2020 com abrangência territorial nas cidades de Bernardino de Campos/SP e Garça/SP.

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data-base da categoria (dia/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	R\$ -
B	Adicional de periculosidade	R\$ -
C	Adicional de insalubridade	R\$ -
D	Adicional noturno	R\$ -
E	Adicional de Hora noturna Reduzida	R\$ -



F	Adicional de hora extra no Feriado Trabalhado	R\$ -
G	Outros (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada de 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do **intervalo intrajornada** (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea “G”.

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
<b>2.1</b>	<b>13º (Décimo terceiro) salário, Férias e Adicional da Férias</b>	<b>Valor</b>
A	13º (Décimo terceiro) salário	R\$ -
B	Férias	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze), conforme Nota 1 acima.

<b>2.2</b>	<b>Encargos Previdenciários e Sociais</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) - Risco Ambiental de Trabalho		R\$ -
D	SESI ou SESC	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aquelas estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço variará entre 1% para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	R\$ -
B	Auxílio alimentação/Refeição (vales, cesta básica, entre outros)	R\$ -
C	Assistência médica e odontológica	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordo, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 17º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

Nota 3: Para definição do custo do transporte, deve-se utilizar a tarifa adotada especificamente em cada cidade onde ocorrerá a alocação dos postos de vigilância.

QUADRO RESUMO DO MODULO 2		
<b>2</b>	<b>ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (Décimo terceiro) salário, Férias e Adicional da Férias	R\$ -
2.2	Encargos Previdenciários e Sociais	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO		
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	R\$ -
C	Aviso Prévio Trabalhado	R\$ -
D	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha a cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) ou na Intra jornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá incidência do Submódulo 2.2 sobre o módulo 4.

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE		
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Férias	R\$ -
B	Ausências Legais	R\$ -
C	Licença Paternidade	R\$ -
D	Ausência por Acidente de Trabalho	R\$ -
E	Afastamento Maternidade	R\$ -
F	Outros (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

Nota: As alíneas “A” e “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

<b>4.2</b>	<b>Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Intervalo para repouso ou alimentação	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação, deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

QUADRO RESUMO DO MODULO 4		
<b>4</b>	<b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Ausências Legais	R\$ -
4.2	Intra jornada	R\$ -

<b>Total</b>	<b>R\$ -</b>
--------------	--------------

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS		
<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Ferramentas	R\$ -
E	Outros (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

Nota 1: Valor mensal por empregado.

Nota 2: Os valores devem estar condizentes com as especificações do Termo de Referência e de seus anexos de número VI e VII.

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos		R\$ -
B	Lucro		
C	Tributos		R\$ -
	C.1 Tributos Federais (especificar)		R\$ -
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)		R\$ -
	C.3 Tributos Municipais (especificar)		R\$ -
<b>Total</b>		<b>%</b>	<b>R\$ -</b>

Nota 1: Custos indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	<b>Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A+B+C+D+E)	R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
<b>Valor total por empregado</b>		<b>R\$ -</b>

QUADRO-RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Item	Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Quantidade de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (BxC)	Quantidade de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (DxE)

I	[ UA Bernardino de Campos – Posto Noturno, conforme Termo de Referência]	R\$ -		R\$ -		R\$ -
II	[ UA Bernardino de Campos – Posto Diurno, conforme Termo de Referência]	R\$ -		R\$ -		R\$ -
III	[ UA Garça – Posto Noturno, conforme Termo de Referência]	R\$ -		R\$ -		R\$ -
IV	[ UA Garça – Posto Diurno, conforme Termo de Referência]	R\$ -		R\$ -		R\$ -
	<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I+II+III+IV)</b>					<b>R\$ -</b>
	<b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA PARA 05 ANOS (valor mensal do serviço x o número de meses do contrato)</b>					<b>R\$ -</b>

## ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

### DOS UNIFORMES

**TABELA A – DESCRIÇÃO DOS UNIFORMES**

VIGILANTE		
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO UNIFORME	QUANT.
1	Calça cargo	2 / ano
2	Blusas de mangas curtas e/ou camisas de mangas compridas	4 / ano
3	Coturno em lona, fechado, antiderrapante	1 / ano
4	Meia (par)	4 / ano
5	Cinto de Nylon	1 / ano
6	Boné com emblema	1 / ano
7	Capa de Chuva	1 / ano
8	Jaqueta de frio ou japona	1 / ano

**TABELA B – MODELO DE PLANILHA DE VALOR DE REFERÊNCIA DOS UNIFORMES**

VIGILANTE						
ITEM	Descrição do Uniforme	Quantidade (por empregado) (A)	Valor Unitário (B)	Durabilidade (meses/ano) (C)	Valor Total (D=(AxB)/C)	Valor de Referência
1	Calça cargo	2 / ano				
2	Blusas de mangas curtas e/ou camisas de mangas compridas	4 / ano				
3	Coturno em lona, fechado, antiderrapante	1 / ano				
4	Meia (par)	4 / ano				
5	Cinto de Nylon	1 / ano				
6	Boné com emblema	1 / ano				
7	Capa de Chuva	1 / ano				
8	Jaqueta de frio ou japona	1 / ano				



**ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**VALOR DE REFERÊNCIA DOS MATERIAIS, UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**

**TABELA A – DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL, UTENSÍLIO, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	QUANTIDADE
1	Colete e placa balística	1 / ano
2	Revólver calibre 38 e registro	1 / ano
3	Coldre e baleiro	1 / ano
4	Munição calibre 38 (seis balas)	2 / ano
5	Distintivo tipo broche	1 / ano
6	Livro de Ocorrência	2 / ano
7	Cassetete e porta cassetete	1 / ano
8	Apito	2 / ano
9	Cordão de apito	2 / ano
10	Lanterna com bateria recarregável	1 / ano
11	Crachá de identificação	1 / ano
12	Rádios de comunicação móveis e portáteis, para cada vigilante em serviço	1 / ano
13	Bastão de ronda eletrônico	1 / ano
14	Botões eletrônicos para ronda com bastão	Mínimo de 10 pontos

**TABELA B – MODELO DE PLANILHA DE VALOR DE REFERÊNCIA DOS MATERIAIS, UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**

RELAÇÃO MÍNIMA MENSAL ESTIMADA DOS MATERIAIS, UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS				
ITEM	MATERIAL	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Colete e placa balística	1 / ano		
2	Revólver calibre 38 e registro	1 / ano		
3	Coldre e baleiro	1 / ano		
4	Munição calibre 38 (seis balas)	2 / ano		
5	Distintivo tipo broche	1 / ano		
6	Livro de Ocorrência	2 / ano		
7	Cassetete e porta cassetete	1 / ano		
8	Apito	2 / ano		
9	Cordão de apito	2 / ano		
10	Lanterna com bateria recarregável	1 / ano		
11	Crachá de identificação	1 / ano		
12	Rádios de comunicação móveis e portáteis, para	1 / ano		

	cada vigilante em serviço			
13	Bastão de ronda eletrônico	1 / ano		
14	Botões eletrônicos para ronda com bastão	Mínimo de 10 pontos		

**ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

Indicador	
<b>Nº + Título do indicador que será utilizado</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	
<b>Meta a cumprir</b>	
<b>Instrumento de Medição</b>	
<b>Forma de acompanhamento</b>	
<b>Periodicidade</b>	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	
<b>Início de vigência</b>	
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	
<b>Sanções</b>	
<b>Observações</b>	
Exemplo de indicador	
<b>Nº 01 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a execução do contrato de terceirização no âmbito da Conab
<b>Meta a cumprir</b>	100% dos serviços executados conforme a perspectiva da Conab
<b>Instrumento de Medição</b>	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado
<b>Forma de acompanhamento</b>	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços, conforme perspectiva da Conab e posterior lançamento do resultado na planilha de controle
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Percentual de serviços executados adequadamente dentro do mês de referência = (total de serviços executados adequadamente + total de serviços estabelecidos por período) x 100
<b>Início de vigência</b>	Data da assinatura do Contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	1. 95% a 100% = recebimento de 100% da fatura; 2. 85% a 94% = recebimento de 95% da fatura; 3. 75% a 84% = recebimento de 85% da fatura; 4. 65% a 74% = recebimento de 85% da fatura e multa de ____% (____ por cento) sobre o valor do contrato; 5. Abaixo de 65% = recebimento de 70% da fatura, multa de ____% (____ por cento) e rescisão contratual.
<b>Sanções</b>	a) A reincidência de execução nos percentuais dos itens 1 a 3 da faixa de ajuste de pagamento acarretará multa de ____% (____ por cento), além de glosa no recebimento conforme faixa de ajuste correspondente, e, posteriormente, em rescisão contratual. b) A reincidência de execução no percentual do item 4 da

	faixa de ajuste de pagamento acarretará rescisão contratual, além da glosa e da multa correspondentes a faixa de ajuste. c) Percentual de serviços executados abaixo de 65% acarretará multa de ____% (____por cento) e rescisão contratual.
Observações	

TABELA DE AVALIAÇÃO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	ADEQUADO	INADEQUADO
1	Crédito de salários até o 5º dia útil do mês imediatamente subsequente ao do mês de referência: (ordinários-mensal), décimo terceiro, férias, remunerações compensatórias e rescisões contratuais		
2	Crédito dos benefícios de vale-transporte dentro do prazo estipulado (no contrato ou na Convenção Coletiva)		
3	Crédito dos benefícios de vale-refeição dentro do prazo estipulado (no contrato ou na Convenção Coletiva)		
4	Cumprir determinações e notificações, no prazo estabelecidos em ofícios ou justificar o não atendimento		
5	Alcançar índice maior que 90% na pesquisa de satisfação com a prestação de serviços		
6	Efetuar a correta manutenção do registrador eletrônico de ponto ou instrumento similar de controle de frequência		
7	Efetuar a substituição de prestador no prazo estipulado neste termo de referência		
8	Tratamento dispensado ao público e servidores quando da execução do serviço		
9	.....		
10	.....		
11	.....		

Serviços – CheckList (A)	Serviços a serem realizados (B)	Serviços efetivamente realizados (C)	Porcentagem do Serviço Realizado (D) = (C/B)*100
Execução dos serviços			

EXEMPLO DE INDICADOR	
<b>Nº 02 – QUALIDADE DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, UTENSÍLIOS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a execução do contrato de terceirização no âmbito da Conab
<b>Meta a cumprir</b>	Disponibilização de 100% dos materiais, utensílios e equipamentos para a execução dos serviços
<b>Instrumento de Medição</b>	Planilha de controle dos materiais, utensílios e equipamentos, conforme modelo abaixo indicado.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Verificação por parte da fiscalização do quantitativo e características dos materiais, utensílios e equipamentos entregues pela Contratada, avaliando sua conformidade ao

	uso e efetuando registro na planilha de controle
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Percentual de materiais, utensílios e equipamentos recebidos e adequados ao uso (total de materiais e equipamentos recebidos e em conformidade ao uso/total de materiais e equipamentos adequados previstos no Termo de Referência) * 100
<b>Início de vigência</b>	Data do início da execução dos serviços
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	1. 95% a 100% = recebimento de 100% da fatura; 2. 85% a 94% = recebimento de 95% da fatura; 3. 75% a 84% = recebimento de 85% da fatura; 4. 65% a 74% = recebimento de 85% da fatura e multa de ____ % (____ por cento) sobre o valor do contrato
<b>Sanções</b>	a) A reincidência de execução nos percentuais dos itens 1 a 3 da faixa de ajuste de pagamento acarretará multa de ____ % (____ por cento), além de glosa no recebimento conforme faixa de ajuste correspondente, e, posteriormente, em rescisão contratual. b) A reincidência de execução no percentual do item 4 da faixa de ajuste de pagamento acarretará rescisão contratual, além da glosa e da multa correspondentes a faixa de ajuste. c) Percentual de serviços executados abaixo de 65% acarretará multa de ____% (____ por cento) e rescisão contratual.
<b>Observações</b>	

TABELA DE AVALIAÇÃO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	ADEQUADO	INADEQUADO
1	Fornecimento mensal de materiais		
2	Fornecimento de utensílios		
3	Fornecimento de equipamentos		
4	Uso de produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pelos órgãos de controle e Vigilância Sanitária		
5	Substituição de equipamentos dentro do prazo estipulado		
6	Manutenção dos materiais, utensílios e equipamentos em condições de uso		
7	.....		
8	.....		
9	.....		

Materiais, utensílios e equipamentos (A)	Itens a serem disponibilizados (B)	Itens efetivamente disponibilizados (C)	Porcentagem do Item (D) = (C/B)*100
Materiais, utensílios e equipamentos			



**ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**AUTORIZAÇÃO PARA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

Autorizo a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, através da Superintendência Regional de São Paulo, a fazer:

- a) mediante comunicação expressa desta no curso do Contrato, a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da Contratada, observada a legislação específica (art. 19-A, II, da Instrução Normativa MPOG nº 2/2008, e suas alterações);
- b) o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores da Contratada, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis (art. 19-A, IV, da Instrução Normativa MPOG nº 2/2008, e suas alterações).

São Paulo (SP),                      de                      de 2019.

(representante legal da Contratada, com cargo/identificação completa)

**ANEXO X DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 26/2008**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

**ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 26/2008**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pela Procuradora do Trabalho, Dra. LUDMILA REIS BRITO LOPES e a **CONAB**, neste ato representada pelo Presidente da CONAB, Dr. WAGNER GONÇALVES ROSSI,

**CONSIDERANDO** o erro material detectado no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 26/2008, celebrado em 9 de maio de 2008,

**RESOLVEM**

Celebrar **ADITIVO** ao referido **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** nos autos do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 0106/2002, para alterar as seguintes Cláusulas:

**Cláusula Primeira- Onde se lê:**

“Cláusula Primeira - A CONAB abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.”

**leia-se:**

“Cláusula Primeira - A CONAB abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;





MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem;
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde; e
- s) – Serviços de braçagem, operadores de máquinas e empilhadeiras.\*

**Cláusula Terceira - Onde se lê:**

"Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.\*

**leia-se:**

"Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido na Cláusula Primeira do presente e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o





MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza."

**Cláusula Quarta – Onde se lê:**

"Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais."

**leia-se:**

"Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais."

**O TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

nº 26/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Primeira** - A CONAB abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;

*Handwritten signature and initials*





MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem;
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde; e
- s) – Serviços de braçagem, operadores de máquinas e empilhadeiras.

**Parágrafo Primeiro** – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

**Parágrafo Segundo** – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

**Cláusula Segunda** - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

**Cláusula Terceira** - A CONAB se obriga a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

**Parágrafo Primeiro** - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido na Cláusula Primeira do presente e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

**Parágrafo Segundo** - Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

**Parágrafo Terceiro** - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

**DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula Quarta** - A CONAB obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**Parágrafo Primeiro** - O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.






MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO


**Parágrafo Segundo** – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a CONAB, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

**Cláusula Quinta** - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da presente data.


Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.


Brasília, 16 de março de 2009.

  
LUDMILA REIS BRITO LOPES  
Procuradora do Trabalho

  
WAGNER GONÇALVES ROSSI  
Presidente da CONAB

Testemunhas:

  
Bruno Diniz Vasconcelos  
Procurador, OAB/DF n.º 17.508

  
Luiz Campos de Almeida  
Técnico/SUARM